



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gestão de Políticas Sociais

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**OS CONSELHOS E AS CONFERÊNCIAS DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO ESPAÇOS
DEMOCRÁTICOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E
CONTROLE SOCIAL**

Márcia Faraum dos Santos¹
Priscila de Almeida Souza²
Valéria Cristina da Costa³

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar a participação coletiva no Conselho Municipal e na Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR. Para tanto, na 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR realizada em 2017 aplicou-se um questionário com sete perguntas fechadas e duas abertas a todos os participantes durante sua recepção. Com retorno de 55%, os dados revelaram predominância de participantes governamentais da rede municipal, ainda, que os representantes da sociedade civil em sua maioria são da rede de atendimento socioassistencial; quanto ao perfil, predominou como maior público pessoas do gênero feminino com idade entre 21 a 59 anos e que nunca haviam sido ou sem pretensão de tornar-se Conselheiro (a) na gestão subsequente. As questões abertas identificaram como motivação maior para participação, a própria indicação dos gestores das Secretarias e Instituições que representam; quanto às razões para não participação identificou-se: falta de informação, indisponibilidade e falta de incentivo dos órgãos que trabalham.

Palavras-chave: Conferência; Conselho; Assistência Social; Participação.

Abstract: This research aims to analyze collective participation in the Municipal Council and the Municipal Conference of Social Assistance of Maringá - PR. Therefore, at the 11th Municipal Conference of Social Assistance of Maringá - PR held in 2017, a questionnaire was applied with seven closed questions and two open to all participants during their reception. With a return of 55%, the data revealed a predominance of governmental participants in the municipal network, yet the representatives of civil society are mostly from the social assistance network; As to the profile, the majority of the female population aged between 21 and 59 years old predominated, and they had never been or were not intending

1 Assistente Social da Prefeitura Municipal de Maringá/PR, mestranda do curso de pós-graduação Serviço Social e Política Social/UEL, marcia_farsan@hotmail.com.

2 Assistente Social da Prefeitura Municipal de Maringá, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, asocial.priscila@gmail.com.

3 Assistente Social, professora de Serviço Social/UEM/Campus Ivaiporã, mestranda da pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, UNESPAR/ Campo Mourão, valeria.costa07@hotmail.com.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

to become a Director for subsequent management. The open questions identified as a greater motivation for participation, the very indication of the managers of the Secretariats and Institutions they represent; and the reasons for non-participation were identified: lack of information, unavailability and lack of incentive of the organs that work.

Keywords: Conference; Advice; Social Assistance; Participation.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao atender às lutas da sociedade brasileira, via movimentos sociais, trouxe avanços inéditos instituindo a democratização e a participação popular na administração pública.

A partir desse contexto, ganharam destaque os Conselhos e as Conferências, dos quais se constituem em canais que ampliam a participação popular nas decisões públicas e controle social.

Diante dessas premissas, realizamos o presente estudo objetivando analisar a participação coletiva no Conselho Municipal e na Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá - PR. Para tanto, realizamos pesquisa na 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá, ocorrida em 19 de julho de 2017.

Os dados apresentados neste artigo foram coletados por meio de questionário entregue durante o evento, a 288 participantes, sendo o seu conteúdo explicado posteriormente. Destes, obtivemos por retorno de respondentes 157, totalizando 55%, número considerado expressivo, proporcionando-nos confortável condição para análise dos dados coletados.

2. DESENVOLVIMENTO

A democratização do poder, conforme aponta Souza (2008, p. 17), “ganha concretude por meio das inovações democráticas de controle do Estado por parte da sociedade civil organizada”. A autora afirma ainda, serem as Conferências e os Conselhos de políticas e de direitos⁴, “espaços tensos e contraditórios de construção das políticas públicas” (SOUZA, 2008, p. 17).

⁴ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) instituiu em seu art. 16 como sendo as instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil: a) o Conselho Nacional de Assistência Social; b) os Conselhos Estaduais de Assistência Social; c) o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; d) os Conselhos Municipais de Assistência Social.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Sobre os mecanismos de participação social derivados do processo de redemocratização do país, importa situá-los no contexto sócio histórico em que emergiram, envolvidos num amplo processo de reordenamento das relações Estado-Sociedade.

A Constituição Federal de 1988, segundo Braz (2008), inaugurou um ideário sócio-político fecundo para se instaurar um esboço de sistema integrado de proteção social, com elementos democratizantes, norteados pela universalidade, participação popular e controle social.

Ocorre que esse sistema encontrou entraves para plena efetivação diante daquela conjuntura do país que, para o autor, paradoxalmente, objetivava algum tipo de Estado de bem-estar social num país de inserção econômica periférica no sistema capitalista mundial.

Almejava-se um sistema de proteção social num país de débil e acidentada democracia e de frágil esfera pública e, ainda, num período de hegemonia das forças neoliberais cujos eixos dominantes advinham de um contexto histórico de desconstrução dos modelos de Estado de bem-estar social. Portanto, vislumbrava-se a edificação de padrões de proteção social e de relações democráticas a eles subjacentes num momento do capitalismo mundial fortemente adverso e sob as condições históricas herdadas da autocracia burguesa (BRAZ, 2008, p.7).

Pondera-se que os Conselhos e as Conferências, ainda que em conjunturas adversas, representam instâncias de controle social e de participação na gestão democrática. Sobre Conferências, Petinelli indica que:

Grosso modo, as conferências constituem espaços integrados de participação, deliberação e representação, que agregam representantes estatais e societais em diferentes esferas da federação, com o objetivo de discutir e tomar decisões em relação a diferentes políticas públicas (PETINELLI, 2014 apud PETINELLI, 2017, p. 617).

A disseminação de uma estrutura participativa avançou com as Conferências de Políticas Públicas, assim como pela criação de Conselhos. Souza (2008), sobre os Conselhos, destaca:

Tratam-se de espaços estratégicos de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, proporcionando um processo de interlocução permanente que ora objetiva a proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debate públicos, e ora visa o estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação, permitindo a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal para transformá-la para, assim, exercer o controle socializado das ações e deliberações governamentais (SOUZA, 2008, p. 18).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A compreensão de Conselhos e Conferências perpassa a temática das Políticas Públicas. Sobre o assunto, há que se destacar a de Assistência Social⁵, segundo a qual foi inscrita pela Constituição de 1988 como sendo “política pública no âmbito da Seguridade Social, proporcionando proteção à população brasileira de uma série de medidas públicas contra privações econômicas e sociais” (BRASIL/MDS, 2010, p.36).

As Conferências e os Conselhos no âmbito da Política de Assistência Social, além das características de gestão democrática e de controle social aqui já elencadas, vale destacar que são importantes mecanismos para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

3. RESULTADOS

Conforme introduzimos, os questionários foram aplicados aos 288 participantes da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social de Maringá⁶, convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, por meio de resolução, em cumprimento do artigo 5º da Lei Municipal nº 8958/2011.

Os participantes foram identificados no credenciamento da seguinte forma: representantes governamentais – funcionários (as) públicos, com cargo de coordenação/gerência/chefia, que atuam na gestão e na rede dos serviços socioassistenciais, bem como representantes das demais políúblicas; representantes dos trabalhadores e organizações de trabalhadores do setor – trabalhadores (as) que atuam na rede socioassistencial pública e privada; representantes das entidades da área da Assistência Social – dirigentes ou voluntários (as) que atuam em entidades e/ou serviços da

⁵ A constituinte inaugurou o status de direito social à Assistência Social e a definiu como política pública integrante da Seguridade Social, ao lado da Saúde e Educação. Para regulamentar a Assistência Social no país conforme preconizado pela Constituição, em 1988, foi publicada a LOAS, por meio da Lei nº 8742 de 1993. Após a LOAS sucederam-se outras regulamentações e normativas que complementam a fundamentação da Assistência Social, cabendo destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei nº 12.435, de 6.7.2011.

⁶ O evento teve por tema a “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”, sendo organizado pelos seguintes eixos de discussões: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais; Gestão Democrática e Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS; Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e a Legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

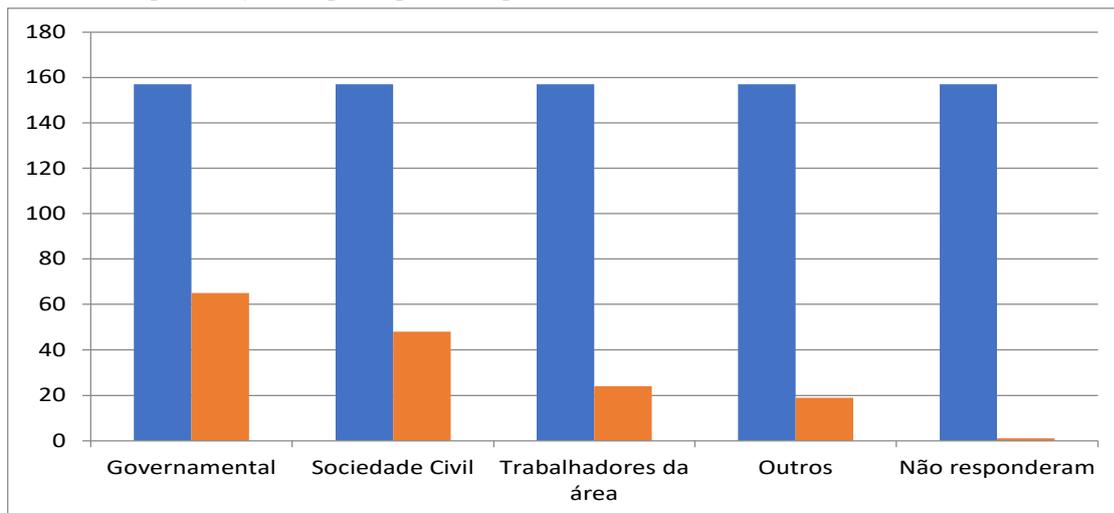


**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

política de Assistência Social; representantes de usuários de Assistência Social: pessoas atendidas na rede socioassistencial.

Os gráficos a seguir apresentam comparação entre o número total de respondentes da questão, identificados pela cor azul, e suas respectivas respostas, presentes na cor laranja:

Gráfico 1 - Representação dos participantes respondentes



Fonte: as autoras (2017)

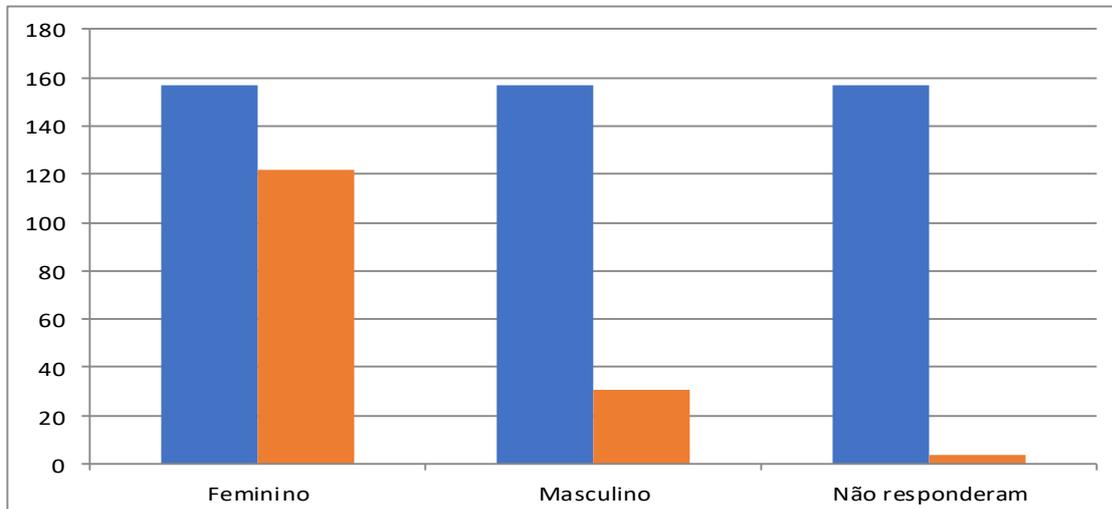
O gráfico anterior demonstra que dos 157 respondentes do questionário, 65 são oriundos da rede governamental, sendo 84% da esfera Municipal, 9% Estadual e apenas 1% Federal. Quanto aos representantes da sociedade civil (48 respondentes), estes foram identificados como: 25% de usuários, 49% de entidades da rede socioassistencial, 14% de entidades que representam trabalhadores da área e 12% assinalaram apenas como sociedade civil, porém não identificaram sua representatividade nesse segmento. Comparando esses dados com o montante geral dos participantes, analisamos que a representação de usuários foi de apenas 4,5% do total do público, ficando a sociedade civil representada por 17% do público, número ainda incipiente frente a sua importância.

Os próximos gráficos apresentam o perfil dos participantes, quanto ao gênero e faixa etária.



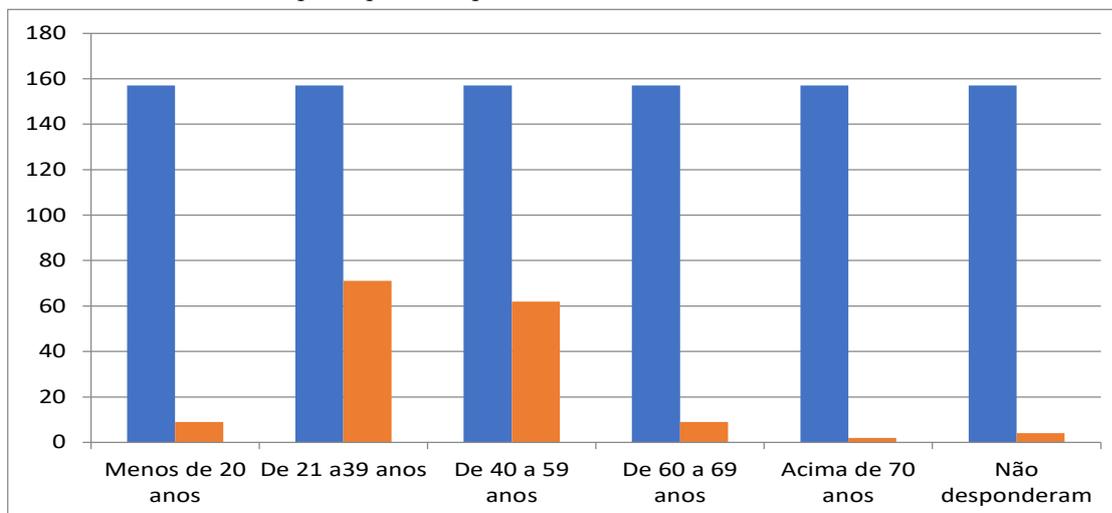
**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gráfico 2 - Gênero dos participantes respondentes



Fonte: as autoras (2017)

Gráfico 3 - Faixa etária dos participantes respondentes



Fonte: as autoras (2017)

Analisando os gráficos 2 e 3, respectivamente, notamos predominância de participantes do gênero feminino, sendo 122 (77%) mulheres respondentes contra apenas 31 (20%) homens. Quanto à faixa etária, sobressaltou-se a participação de pessoas com idade entre 21 a 39 anos, chegando a 71 pessoas respondentes, ou seja, 45% do público, seguido de 62 (45%) na faixa de 40 a 59 anos, 9 (6%) com menos de 20 anos, 9 (6%) entre 60 e 69 anos e 2 (1%) com mais de 70 anos.

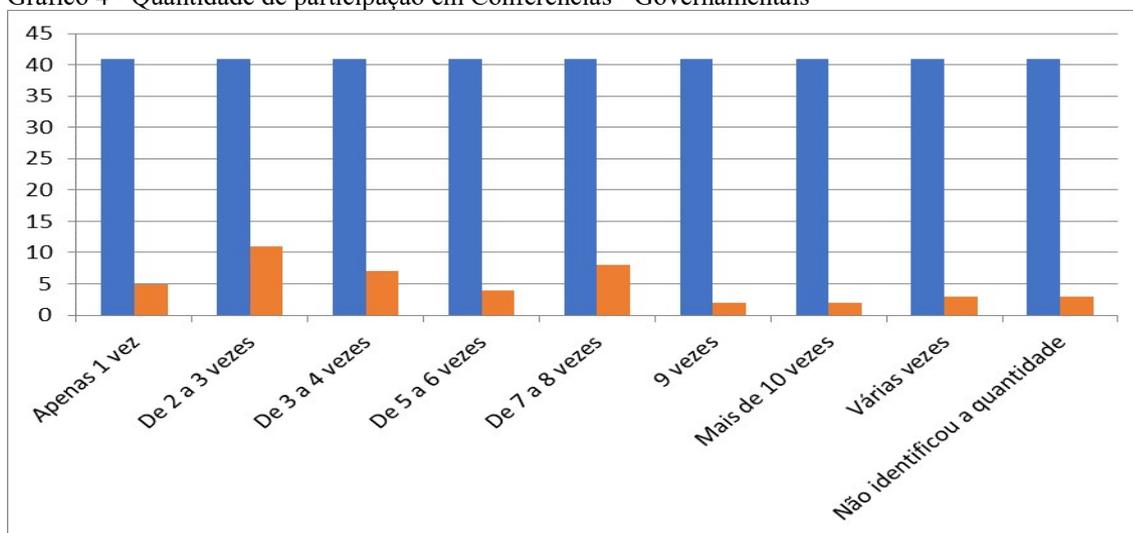


**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Os gráficos seguintes apresentam a frequência dos participantes em Conferências anteriores. Utilizaremos de comparação entre representantes governamentais e da sociedade civil.

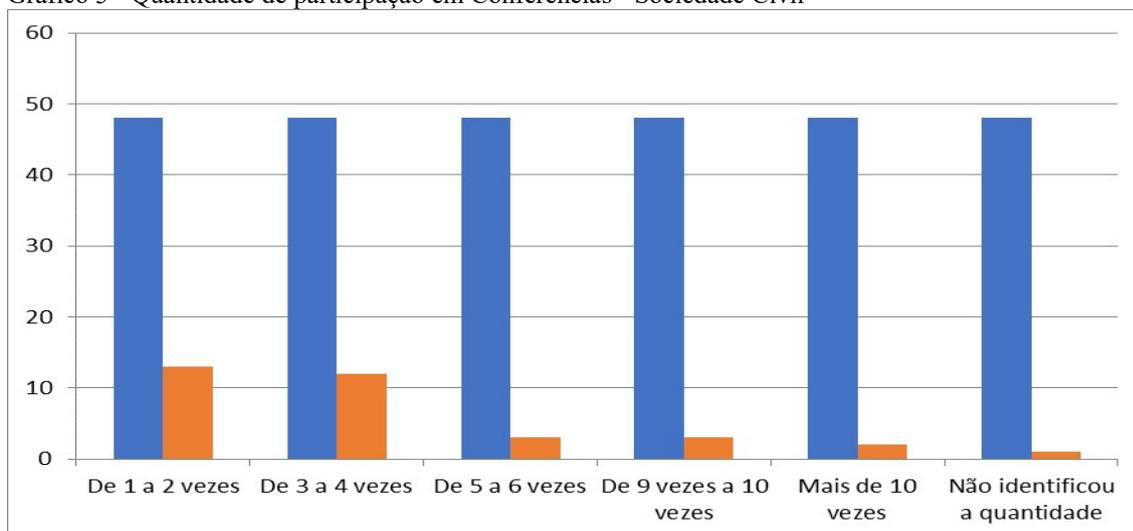
Podemos observar nos próximos gráficos que, dos 41 participantes governamentais respondentes, há predominância de participação entre duas a três participações, totalizando 11 respostas, ou seja, 27%. Já quanto às representações da sociedade civil, vimos que dos 33 respondentes, 13 participaram de uma a duas Conferências, totalizando também 27% deste número.

Gráfico 4 - Quantidade de participação em Conferências - Governamentais



Fonte: as autoras (2017)

Gráfico 5 - Quantidade de participação em Conferências - Sociedade Civil



Fonte: as autoras (2017)



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

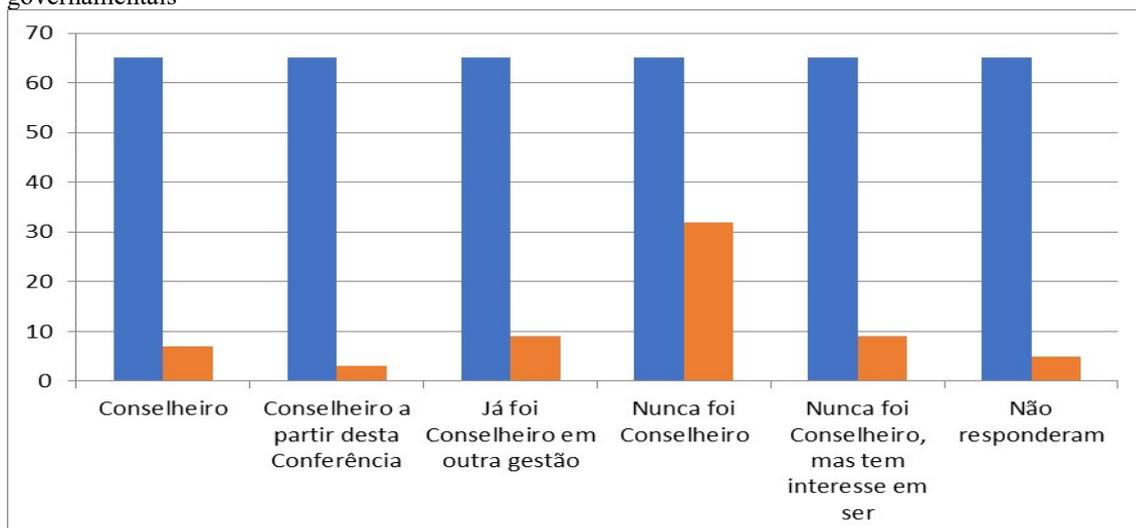
O gráfico a seguir mostra a relação prévia existente entre os participantes respondentes e os Conselhos de Assistência Social. Essa informação é relevante tendo em vista ter sido a Conferência espaço para referendar os novos Conselheiros (as) municipais de Assistência Social da gestão 2017-2019.

Dividimos os dados a seguir também nas categorias de representantes governamentais e da sociedade civil. Dos 65 representantes governamentais respondentes, 32 (50%) afirmaram nunca terem sido Conselheiros (as). Quanto aos respondentes da sociedade civil, dos 48 respondentes, 19 (40%) afirmaram nunca terem sido Conselheiros (as).

Observem nos gráficos que referente à eleição dos Conselheiros (as), que dos 65 representantes governamentais respondentes, 7 (11%) já eram Conselheiros (as), 3 (5%) seriam a partir daquela eleição, 9 (14%) foram anteriormente, 9 (14%) nunca foram e não teriam interesse em 5 (8%) não responderam.

Quanto aos representantes da sociedade civil, dos 48 respondentes 7 (15%) afirmaram já serem Conselheiros, 5 (10%) afirmaram que seriam Conselheiros (as) da Assistência Social com a eleição, 8 (17%) já terem sido Conselheiros (as) em outra gestão e 8 (17%) disseram nunca ter sido, mas tem interesse em ser Conselheiro (a).

Gráfico 6 - Identificação dos respondentes enquanto Conselheiro(a)s da Política de Assistência Social-governamentais

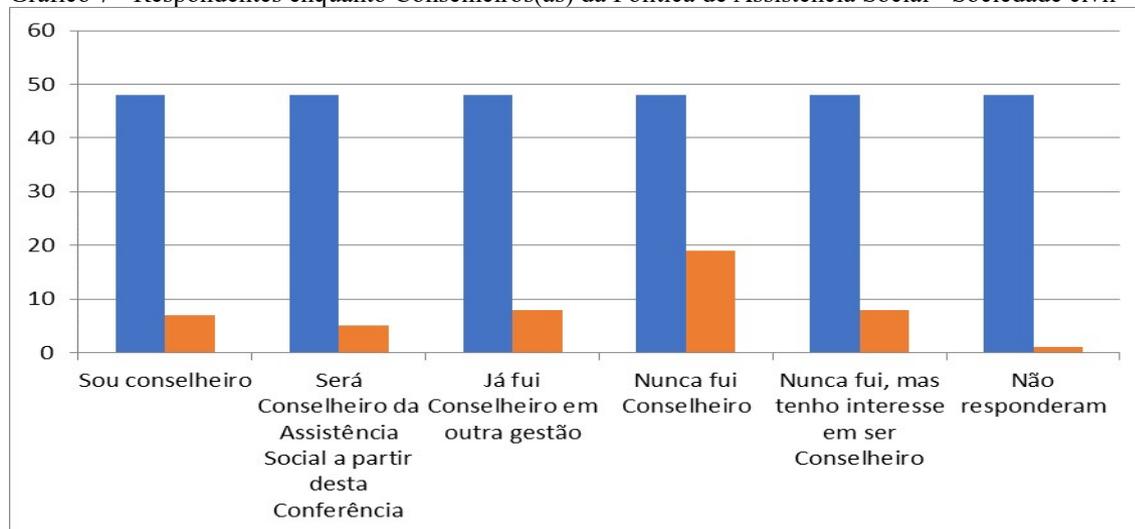


Fonte: as autoras (2017)



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gráfico 7 - Respondentes enquanto Conselheiros(as) da Política de Assistência Social - Sociedade civil



Fonte: as autoras (2017)

Sobre essa questão, ainda durante a pesquisa, os participantes que já foram ou seriam Conselheiros (as) puderam expressar a motivação em compor o COMAS, por meio de questões abertas, na qual, a opção foi a exposição por segmento representacional, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Motivação em compor o Conselho Municipal de Assistência Social

Governamentais	
17	Minha participação foi em outro município, as motivações foram pessoais e necessidade da gestão local – municipal
1	A importância do controle social e acompanhamento da Política de Assistência Social local
4	Indicada pela gestão municipal
1	Sou servidora da saúde e acho importante a intersetorialidade nas políticas públicas – municipal
1	Participar de forma efetiva do controle, avaliação, decidir e fiscalizar a distribuição e execução de recursos financeiros na política municipal de Assistência Social, bem como a execução das atividades nessa área
1	A importância dessa instância de participação e controle social
1	Como não conhecia a atuação do COMAS e possuía o desejo de atuar neste, ao receber o convite para participar enquanto suplente, rapidamente aceitei
1	Fui acolhida pela coordenadora do meu Centro de Convivência
1	Somar, para tentar amenizar as dificuldades existentes em toda região
1	É pela primeira vez, estou gostando muito. Eu mesma fui atrás para compor o COMAS.

⁷ Os números da coluna 1 referem-se à frequência em que a resposta apareceu.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

	Acho que é importante estarmos dentro do Conselho onde podemos ver o trabalho social
1	Fui indicada pela Secretaria, porém como não é familiar o trabalho da SASC, sinto dificuldades em acompanhar em termo de conhecimento de causa, a questão levantadas pelo Conselho
1	Devido ter relação com as atividades desenvolvidas com o meu trabalho, ligação direta
1	Fui conselheira Estadual, designada pela secretaria – estadual
Sociedade Civil	
Usuários	
1	Conhecer e acompanhar a Assistência Social enquanto Conselho na execução das ações, sugerir, opinar e aprovar nas decisões tomadas no município
1	Motivo para que existe o COMAS – para que seja de fato para garantir os direitos
1	Aprender sobre a política
1	Porque gosto
Entidades da Assistência Social	
1	Indicada pela instituição
1	A oportunidade de poder intervir na implementação das políticas públicas, de forma a poder questionar o seu funcionamento, propor melhorias e alterações
1	Interesse em participar/colaborar na execução do trabalho da Assistência Social
1	Trabalho voluntário para melhorar as condições das pessoas que necessitem da A.Social
Entidades que representam trabalhadores da área	
1	A necessidade participar de sentir-se pertencente na sociedade
1	Fui indicada pela entidade por ser assistente social, mas sempre tive interesse em conhecer a atuação do Conselho e poder contribuir de alguma forma
1	Participar ativamente para conhecer melhor as ações da política de Assistência Social e discutir democraticamente sobre as ações
1	Contribuir com a rede socioassistencial, fortalecimento de políticas públicas, usuários e serviços
1	Representei a gestão
1	Contribuir e agregar conhecimento
1	O COMAS é um Conselho muito importante e fundamental, que atendia toda a demanda da população. Foi um prazer muito grande ter feito parte
1	Lutar por direitos da população e fortalecer a política de assistência

Fonte: as autoras (2017)

Outro questionamento lançado aos participantes foi quanto à frequência de participações no COMAS e neste obtivemos os seguintes dados:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Tabela 2 - Participação em reuniões do COMAS

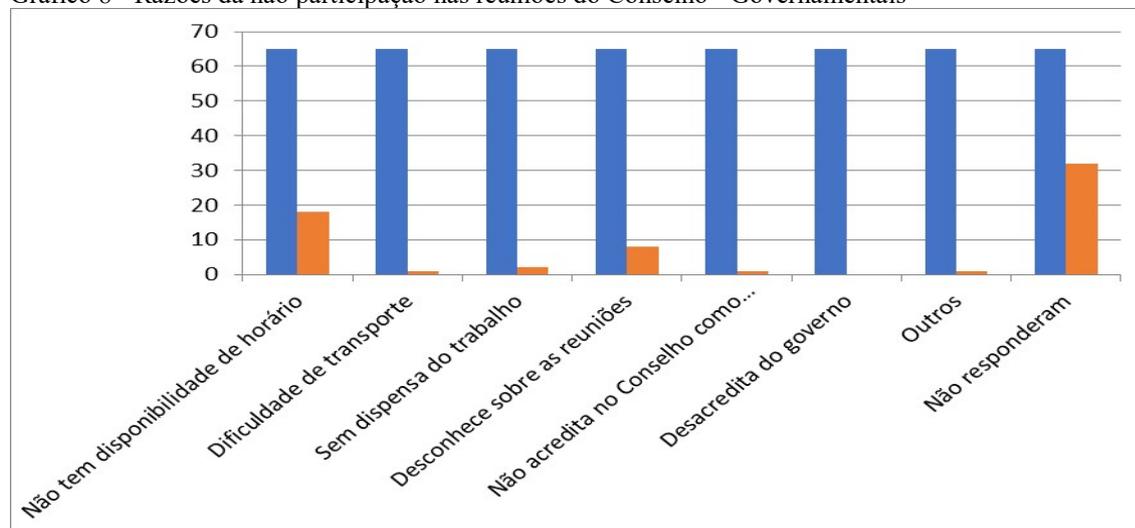
Representação	Participo sempre que possível		Nunca participei		Não responderam	
	Nº de respondentes	%	Nº de respondentes	%	Nº de respondentes	%
Governamentais (65 respondentes)	35	54	23	35	7	11
Sociedade Civil (48 respondentes)	23	48	17	35	8	17
Trabalhadores da área (24 respondentes)	9	38	13	54	2	8

Fonte: as autoras (2017)

Podemos analisar que a maioria dos respondentes expressou participar sempre que possível das reuniões do COMAS. Destacamos que os representantes da sociedade civil que participam pertencem a entidades socioassistenciais.⁸

Outra questão levantada foi sobre as razões da não participação nas reuniões do Conselho. Veremos as respectivas respostas no gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Razões da não participação nas reuniões do Conselho - Governamentais



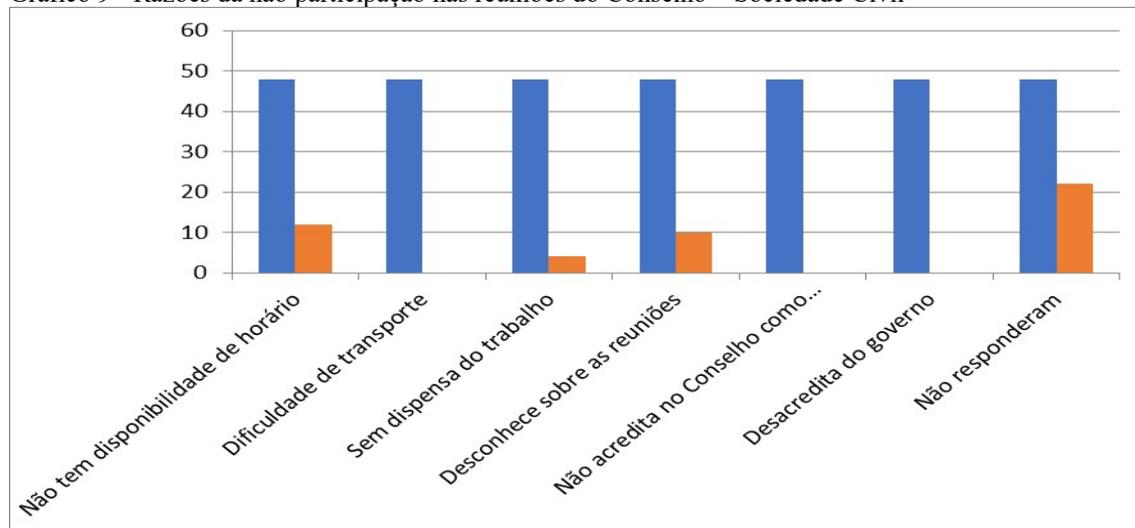
Fonte: as autoras (2017)

⁸ No ano de 2017, estavam inscritas no COMAS 38 entidades socioassistenciais - OSCs – Organizações da Sociedade Civil que tem como objeto programas, projetos e serviços que integram a assistência social no município.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gráfico 9 - Razões da não participação nas reuniões do Conselho – Sociedade Civil



Fonte: as autoras (2017)

Podemos compreender então que dentre as principais razões elencadas para a não participação das reuniões predominou-se: a não disponibilidade de horário e desconhecimento das reuniões, ficando os representantes governamentais com 18 (28%) e dos representantes não governamentais com 12 (25%). Na sequência desta questão, solicitamos, por meio de questão aberta, sugestões de melhorias para maior efetividade de participação nas reuniões do Conselho e recebemos as seguintes respostas:

Tabela 3 - Sugestões de melhorias para maior efetividade de participação nas reuniões do Conselho

Governamentais	
1	Linguajar, mais clareza na comunicação para facilitar a compreensão e atividades conjuntas e coletivas.
1	Ver de acordo com a disponibilidade
1	O convite tem que ser em geral no serviço público, não haver distinção de cargo do servidor
1	Formação para Conselheiros
1	Que vem nascer melhoras para humanidade
1	Aumentar a capacidade de divulgação
1	O SISMMAR (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá), que representa os trabalhadores (do SUAS, no caso) poderia levar trabalhadores para discutir, principalmente saúde do trabalhador e CPA (Comissão de Prevenção de Acidentes).
1	Uma maior publicização para formação do Conselho assim como sua divulgação, assim como o comprometimento maior dos Conselheiros para transformar as



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

	demandas em Projeto de Lei
1	Mais divulgação dos dias e horários das reuniões
1	Manter as reuniões descentralizadas
19	Reuniões fora do horário de trabalho
1	Criar apresentação dos serviços ofertados pela Rede SUAS – SASC (Secretaria de Assistência Social e Cidadania), fotos ou folhetos. Fazer estatística dos resultados, realizados pelos serviços (resultados) e a demanda esperando.
Sociedade Civil	
Usuários	
1	Melhor divulgação, acesso a informação
1	Tenho que participar de mais reuniões
2	Para o Conselho ir mais perto da população do bairro
1	Definir dias e horários mais favoráveis para as reuniões (reuniões são terças e quartas). Conscientizar os Conselheiros na participação efetiva em plenárias e reunião de comissões
Entidades da Assistência Social	
1	As OSCs (Organizações da Sociedade Civil) com mais recursos e profissionais, maior participação dos usuários. Outro motivo para não participação é que a OSC participa de outros Conselhos: CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e CMDPC (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência) e somos em poucos profissionais. Há 4 anos que tivemos êxito em inserir família dos usuários nos Conselhos
1	Criar ferramentas interativas de comunicação e participação. De novas tecnologias sociais.
1	No período noturno ou finais de semana
2	Seria ótimo reuniões nos bairros, com a participação efetiva dos usuários - descentralizadas
Entidades que representam trabalhadores da área	
1	Preciso me organizar, gostaria de receber o calendário das reuniões por e-mail
1	As reuniões deveriam acontecer fora do horário “comercial”, para possibilitar maior acesso da população que trabalha. Como acontece no Conselho municipal de saúde
Sem identificação da representatividade	
1	Avisar as entidades sobre as reuniões que as entidades participarem
1	Colocar no site um calendário com todas as datas
Trabalhadores da área	
1	Liberação - dispensa
1	Implementação de reuniões descentralizadas
2	Se for possível reunião após as 18 horas ou no sábado

⁹ A pessoa que respondeu fora do horário de trabalho fez a seguinte justificativa “sou funcionária pública, nem solicitamos, pois, as demandas são grandes para nos ausentarmos do trabalho”.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1	Gostaria que tais reuniões fossem divulgadas em todas as unidades da SASC e que os diretores fossem sensibilizados a não dar falta em caso do funcionário desejasse participar das reuniões
1	Maior divulgação das reuniões em diversos meios informacionais – página da prefeitura, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)
Outros	
Estudantes	
1	Que todos eles sejam realizados em horários favoráveis aos trabalhadores, após às 18horas e melhor divulgação
3	Mais divulgação para sociedade civil, no facebook, meios de comunicação, porque fica restrito mais aos profissionais. etc.

Fonte: as autoras (2017)

Diante do exposto, ressaltamos que o resultado dessa pesquisa será apresentado ao COMAS, de modo que seus atuais representantes analisem e absorvam as sugestões dos respondentes e, assim, possam promover melhorias e ampliação da participação nestes espaços.

4. CONCLUSÃO

Os dados tabulados, além de nos mostrarem informações importantes quanto ao perfil dos participantes das Conferências de Assistência Social e do COMAS, permitiram-nos refletir sobre quais possíveis modos de ampliar a participação dos representantes governamentais e não governamentais nestes espaços democráticos.

Vimos a partir das próprias respostas obtidas que há a necessidade de flexibilização dos horários de reuniões do COMAS, também dos dias da semana e, especialmente, de descentralização desse espaço aos bairros, para que haja maior oportunidade de participação popular, principalmente dos usuários dos serviços/programas e projetos da Política de Assistência Social.

Outro ponto que merece destaque se remete ao formato da divulgação das informações dos Conselhos e Conferências, em que é sugerido o uso interativo da internet. Vivemos em uma sociedade com tecnologia cada vez mais avançada capaz de conectar o mundo pela rede virtual. Acreditamos, portanto, tratar-se de um espaço frutífero de alcance da população, especialmente pela tendência crescente de movimentos que são fortalecidos com o uso de redes sociais. O desafio está na criação de metodologias ativas para que a



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

população, de forma consciente e democrática, exerça seu papel na gestão pública e no controle social, via Conselhos e Conferências.

Gostaríamos de aprofundar este estudo, porém, esclarecemos que devido a limitação de páginas do artigo foi necessário restringir a análise da pesquisa. Ressaltamos, contudo, que ela será entregue ao COMAS a fim de corroborar com novas estratégias a serem implantadas no Município de Maringá-PR.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei Federal nº-8742, de 7 dez. 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, de 8 dez. 1993. Brasília, DF, 1993

BRASIL; MDS. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Capacitação para controle social nos municípios**: Assistência Social e Programa Bolsa Família. Brasília: 2010.

BRAZ, Marcelo. Prefácio. In CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO. **O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. Revista Em Foco. N.º 4. Agosto de 2008. p. 6-8.

PETINELLI, Viviane. **A quem servem as conferências de políticas públicas?** Desenho institucional e atores beneficiados. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 3, set.-dez., 2017. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v23n3/1807-0191-op-23-3-0612.pdf>. Acesso em: 20/02/19

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Antecedentes Históricos do Projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Políticas e de Direitos” In CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO. **O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. Revista Em Foco. N.º 4. agosto de 2008, p.17-21.